

## Uma escola hospitaleira

Maria Teresa Eglér Mantoan<sup>1</sup>

Orcid: 0000-0002-4607-9880

### Resumo

É possível conceber a educação de uma outra maneira, que não seja um processo de desenvolvimento e formação para *alguns alunos* – os que cabem no modelo estabelecido pela escola? Podemos reconstruir a escola com base na acolhida incondicional a todos os alunos? Inspirado na recriação dos processos de ensino e de aprendizagem, firmados nas concepções de: hospitalidade em Jacques Derrida; diferença em si em Gilles Deleuze; e emancipação intelectual, segundo Jacques Rancière, este texto pretende dar uma resposta afirmativa a essas questões.

**Palavras-chave:** hospitalidade; identidade e diferença; inclusão.

### Abstract

Is it possible to conceive education in a different way, other than a development and training process for some students – those who fit the model established by the school? Are we able to rebuild the school based on unconditional integration to all students? Inspired by the recreation of teaching and learning processes, established in the conceptions of: hospitality in Jacques Derrida; the difference itself in Gilles Deleuze; intellectual emancipation, according to Jacques Rancière, this article aims to give an affirmative answer to these questions.

**Keywords:** hospitality; identity and difference; inclusion.

## 1 Introdução

O que é um estrangeiro? Não é apenas aquele ou aquela no estrangeiro, no exterior da sociedade, da família, da cidade. Não é o outro, o outro relegado a um fora absoluto... (DERRIDA, 2003, p 65).

A escola é para todos. O fato é irrefutável e, em muitos países, o direito à educação o sustém. O dever de garanti-lo, contudo, implica uma análise de como a escola tem propiciado a todos os alunos: o acesso incondicional às salas de aula, para aprenderem com seus pares de uma mesma geração; a permanência e a participação em todo o percurso escolar com ganhos

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças – LEPED. Email [tmantoan@gmail.com](mailto:tmantoan@gmail.com).

nos diferentes âmbitos de uma formação cidadã, segundo uma visão civilizatória de cunho democrático e fundado na diferença de cada um e em suas capacidades e escolhas pessoais.

Difícil é essa tarefa que se apresenta aos pais, professores, formadores dos professores e a todos os que estão direta e indiretamente envolvidos na mesma. O empreendimento exige a clareza de novas propostas de natureza teórico-práticas e ações políticas e sociais que devem caminhar em paralelo, para que os processos de mudança nas escolas possam garantir o óbvio: escola boa só pode ser uma escola para todos!

Sobre esse direito é que vamos nos debruçar neste artigo, focando-o da entrada do aluno na escola aos processos de ensino e de aprendizagem. Tendo a hospitalidade como fio condutor, tentaremos abordar o que é evidente e o que subjaz à escolarização, na perspectiva inclusiva.

O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) afirma o direito à educação. Mais do que a sua afirmação, é preciso tornar claro o que se espera quando esse direito é afirmado.

Do ponto de vista da sociedade, propomos a questão que segue: a função da educação é desenvolver os indivíduos segundo um modelo baseado em gerações anteriores e de modo a conservar seus valores coletivos? Do ponto de vista da escola, seja ela pública ou particular, a questão é: deve essa instituição submeter os estudantes à autoridade intelectual e moral do professor para reproduzirem um conjunto de conhecimentos necessários à obtenção do sucesso nas provas finais?

O que seria, então, assegurar o direito de todos à educação, nos tempos atuais? Como estamos fazendo, hoje, nas sociedades mais ou menos avançadas do ponto de vista social e econômico, a formação das gerações mais novas, em todos os níveis de ensino? O que pretendemos alcançar com o que estamos oferecendo nas escolas, nas mídias, nas instituições formadoras em geral, que seja compatível com o que vivemos, neste mundo instável, volúvel, variável, inconstante.

O desenvolvimento de cada pessoa segundo suas capacidades, tendências, interesses, necessidades é um verdadeiro quebra cabeça. É tentando brincar com suas peças que nos propusemos a escrever este texto. Não temos certezas, mas algumas direções que levam ao que queremos expor sobre uma escola que qualificamos como hospitaleira - uma escola de todos, que garante o direito à educação, a partir da diferença de todos nós, em uma sociedade que, como nós e por nós, está se transformando a cada instante.

Partimos do entendimento de que sem o acesso à escola, nada acontece.

## **2 Hospitalidade e acesso incondicional à escola**

Abrir as portas da escola para todos os alunos - quanto se pode aprender com essa decisão e momento!

Aquele que chega, nas regras da verdadeira hospitalidade, não é somente o que fala a nossa língua, em todos os sentidos do termo e em todas as suas possíveis extensões, já nos alertara Derrida (2003). Gozar da convivência escolar não pode, pois, continuar sendo um privilégio dos que preenchem os requisitos indispensáveis para estar conosco e os demais alunos nas turmas, compartilhar o que estamos aprendendo uns com os outros e sendo bem acolhidos.

Que encantos, que riquezas temos a comunicar, a partilhar que devam ser destinados e conhecidos só dos que cabem em contornos pré-estabelecidos pelos sistemas escolares?

Estamos ainda muito longe do que é o papel da escola: dar guarida a quem chega como um anônimo, mas que tem garantido um lugar, nesse lugar. A escola prepara o cidadão para a vida pública. Os novos têm na escola o que necessitam para aprender a viver, respeitar o outro, expressar livremente suas ideias, associar-se aos demais com espírito público, justiça e

solidariedade e autonomia. Que lição ensinamos aos que tiveram acesso, quando o negamos a outros?

A hospitalidade, como refere Derrida,

[...] se dá ao outro, antes que o outro se identifique, antes mesmo que ele seja (posto ou suposto como tal) um sujeito de direito...Aquele que chega tem necessidades, precisa ser ouvido no que deseja, espera ser atendido no que lhe falta para prosseguir na sua caminhada. (2003, p.23)

A educação inclusiva é intransigente na defesa do acesso incondicional de todos os alunos à educação, por ter como mote a hospitalidade absoluta - essa acolhida que ultrapassa os direitos e se apega a eles, para manter-se ainda mais forte.

Para Derrida, a hospitalidade vai mais longe:

A lei da hospitalidade absoluta manda romper com a hospitalidade de direito, com a lei ou a justiça como direito. A hospitalidade justa rompe com a hospitalidade de direito; não que ela a condene ou se lhe oponha, mas pode, ao contrário, colocá-la e mantê-la num movimento incessante de progresso (2003, p.25).

A hospitalidade incondicional desqualifica a categorização de certos alunos em grupos que podem ou não os favorecer no acesso à escola. Ora, um grupo e uma categoria são sempre uma invenção que confina pessoas a uma identidade fixada e estabelecida em razão de um ou outro atributo escolhido, firmado, estabelecido. Nenhum atributo dá conta do que o humano é por inteiro. Somos seres unívocos, mesmo dentro de um mesmo grupo identitário no qual queiram ou queiramos nos alojar. A capacidade multiplicativa da diferença de cada um de nós, o devir e o tornar-se alguém desmistificam a diversidade, a pluralidade, que celebram o politicamente correto, aceitando, tolerando os diferentes, aqueles negativamente valorados pela diferença entre uns e outros e a diferença de uns sobre os outros.

Em uma palavra, a diferença nada tem a ver com *o diferente* (SILVA, 2000). A diferença não tem nível, grau, variedade, qualidade, completude. Tal como a hospitalidade, a diferença é ilimitada e, portanto, não pode ser contida em conceitos, grupos e quaisquer representações.

A educação como um processo formatado, fechado e conduzido para perpetuar uma dada idealização de aluno, estipula e destina lugares, tempos, valores, modos de ser para o ingressante. Tal formatação continua sendo uma ameaça aos que buscam o acesso às escolas, por meio de processos de seleção assim arbitrados.

### 3 Hospitalidade e permanência na escola

O acesso à escola para todos abre caminho para a hospitalidade incondicional, que garante a permanência dos alunos que conseguiram, seja como for, ingressar na escola. O acesso, pois, não lhes livra de continuar correndo um outro risco – o de serem excluídos dela.

Conceber e agir a partir da singularidade dos seres humanos são atos pouco comuns. Estamos habituados a tratar à parte, e/ou excluir os que fogem a uma representação que pré-definimos como a mais conveniente e exemplar das pessoas. No caso dos alunos, apegamo-nos a determinados parâmetros de competência, perfis, níveis e tipos de desempenho e outras formas pelas quais circula velada ou abertamente a discriminação.

As avaliações que buscam médias (ou mediocridades) convalidam índices de desenvolvimento pessoal e institucional, que desconhecem o esforço, a dedicação, o empenho dos que se propõem a avançar diante de objetivos próprios.

Se a escola exclui, comparando e desconsiderando a diferença de cada aluno e estabelecendo padrões de sucesso e fracasso entre estes, estar nela é um risco que alguns alunos correm, no curso da formação.

Via de regra, as escolas recorrem a todos os meios para colocar nas costas do aluno fora do padrão desejado a deficiência que é delas mesmas e do corpo de profissionais que as compõem. Há os professores que alegam falta de formação específica para atender às necessidades de certos alunos; impingem a eles todas as dificuldades, incapacidades, mas fecham os olhos para as barreiras que existem neles próprios, como profissionais, e na organização do processo escolar como um todo. Tais barreiras têm a ver com os modos de: disponibilizar os conhecimentos, de avaliá-los, de dar condições materiais, pedagógicas e oferecer recursos, para que os direitos de ingresso e permanência nas escolas sejam assegurados aos alunos, sem quaisquer distinções.

Em todos os níveis de ensino, a escola pouco ou nada tem avaliado os seus objetivos, compromissos e percebido a sua defasagem diante dos movimentos reivindicatórios e das mudanças sociais, oriundas das necessidades fundamentais do ser humano, na contemporaneidade. Haja vista a dificuldade de compreenderem a inclusão - do ensino básico às universidades. Elas relutam, por puro preconceito, a aceitarem certos alunos e são inóspitas a estes, adotando as formas mais sutis e dissimuladas de rejeição. Permanecer na escola e demonstrar do que se é capaz custa caro para o aluno considerado como “o diferente.” Ele tem de provar que é suficientemente competente não só para entrar, mas para permanecer na escola. Torna-se foco de estudos, estatísticas que buscam comprovar se valeu ou não o hospedar.

A hospitalidade incondicional coloca em xeque a instituição escolar como um todo e é um instrumento de análise de como essa instituição atua, face a seus compromissos de promoção do avanço civilizatório.

Permanecer na escola para alguns estudantes tem um alto custo, qual seja o de se conformarem aos rígidos moldes das escolas, dos cursos, das aulas, para continuarem frequentando-os.

Receber, conviver em um mesmo ambiente com as diferenças de cada um envolve conflitos, insegurança. Fazem parte da hospedagem os estranhamentos locais, os reconhecimentos, a conquista da harmonia possível nos relacionamentos.

De certo, a hospitalidade absoluta não se define inicialmente pela passividade, a aquiescência. Ela se modula, vai se esclarecendo na experiência de estarmos uns com os outros. Envolve um exercício contínuo de (des)equilibrações e de acomodações para se tornarem melhor qualificadas e dotadas de formas mais humanas e apropriadas de convívio. Trata-se também de uma conquista, que exige a garantia da permanência do aluno com seus pares e evita que ele se sujeite ao conformismo e à tirania do saber educativo, para manter-se na escola.

#### **4 A hospitalidade e a participação de todos no processo escolar**

O acesso e a permanência incondicionais de cada aluno na escola se completam com a participação no processo educativo. Aqui penetramos em um assunto que, mais do que os anteriores, implica uma revisão do ideário, do comportamento dos atores educacionais e da reconstrução das práticas pedagógicas da maioria das escolas. Nele nos alongaremos um pouco mais.

Apesar de contarmos com inúmeros exemplos de escolas que se dispuseram a essa revisão e cujos resultados positivos são reconhecidos, ainda observamos muita relutância, diante das transformações exigidas pela inclusão, entendida como hospitalidade absoluta. Neste tópico reunimos um conjunto de transformações que consideramos de grande extensão e profundidade para irmos além do cumprimento ao direito à educação, ao adotarmos a hospitalidade incondicional à escola, como lei.

## 4.1 Sobre o ensino hospitaleiro

As perguntas que seguem são um bom aquecimento para o percurso que temos pela frente, impulsionados pela ideia do acolhimento incondicional, que envolve professor e aluno nos atos que, entre tantos, dizem respeito à criação do conhecimento: pesquisa, indagação, autonomia, proposição.

Tais perguntas parecem óbvias, mas merecem de todos nós, educadores, um momento para pensarmos sobre o ofício que exercemos. São elas: o que é ensinar, como ato que define a nossa atuação profissional, quando tratamos da questão da hospitalidade absoluta, sem quaisquer exceções que a comprometam? O que fazemos quando ensinamos? O que deixamos de fazer? Sabemos ensinar? O que significa ser para cada um de nós um/a professor/a que ensina bem? Ou que ensina mal? Ensinamos apenas quando alguém aprende o que foi ensinado? Tem sentido ensinar sem que alguém aprenda? Sabemos dividir o que sabemos sem critérios mesquinhos, sem espaços limitados, hierarquias, presunções de todo tipo? Em nossas aulas, recebemos com respeito, a palavra, a experiência, a inquietude, as dificuldades, as novidades trazidas por um aluno que chega e pergunta e que quer abrigo para suas ideias, opiniões? Sabemos ser hospitaleiros, quando ensinamos? Muitas questões ainda podem ser postas, mas vamos ficar por aqui.

Tentaremos a partir desses questionamentos, sem responder pontualmente a cada um e oferecer elementos para uma avaliação de nossos modos de agir como professores. Não temos pretensões de ditar regras, de trazer soluções milagrosas e universais. Acho bom compartilhar o que pensamos e propomos com nossos pares.

Rancière (2002) refuta o que denomina "mito pedagógico", forjado na hierarquia de inteligências. Conforme esse mito, o aprendiz fica submetido a um ensinante, cuja inteligência é superior à daquele. Esse processo de submissão à explicação do professor "embrutece" a inteligência do aluno. Contradizendo esse processo, a emancipação das inteligências implicaria na condição subjetiva de todos aprenderem sem a necessidade da subordinação à explicação do mestre.

Ensinar e aprender são atos que desconhecem uma inteligência maior de uma das partes envolvidas na relação educativa. O fundamental, nesses atos, é o encontro, a reciprocidade, a relação respeitosa entre professor e o aluno, no âmbito da construção do conhecimento e das experiências vividas na cena educacional. Isso não significa negar a autoridade do professor, mas, ao contrário, fortalecê-la e ampliá-la, no sentido de não ser exercida para sancionar, para estabelecer só o que é correto e esperado.

Ensinamos quando disponibilizamos o que sabemos, seja em uma resposta, em uma exposição de conteúdos, seja em uma opinião, em um exemplo...

Para não distorcer e mesmo negar o modo pelo qual se desenham os caminhos do conhecimento no ato educativo, aqui, novamente, é condição *sine qua non* o acolhimento incondicional às respostas do aluno, às suas escolhas, aos traçados pelos quais se dispõe a percorrer as trilhas do desconhecido para chegar ao que procura.

A garantia da plena participação do aluno no aprender, no conhecer, pesquisando, explorando assuntos os mais diversos, contemplando o desconhecido, ouvindo e dizendo, tentando chegar ao que quer saber, inventando soluções, não pode ser atravessado pelo poder do certo e do errado, próprios do autoritarismo magistral.

A origem do termo ensinar é *insignare*, que remete a signo, sinal. Ao ensinar, o professor disponibiliza signos, sinais aos seus alunos. Não somente um professor pode nos prover de signos. Livros, filmes, obras de arte, diálogos, lembranças, palavras soltas ou entrelaçadas numa prosa, um objeto, cartas, fotos, acontecimentos fortuitos, grandes ou pequenos momentos de nossa vida, revisitados em um instante, uma cor, um sabor, um odor, uma melodia, um filme, um gesto...

O signo é o elo de comunicação entre o aluno e o professor, entre seres e objetos, em situações outras envolvidas em atos de entendimento.

O signo, contudo, só é signo quando afeta, provoca, desestabiliza, atrai alguém. Em situações inóspitas, a apreensão do signo também se dá, mas carregada de suspeição e da supressão da liberdade de seguir o caminho a que um signo poderia levar.

A importância de ser um professor que não reprime, que não impõe um único roteiro e ponto de chegada ao aluno, é fundamental para que não haja reprodução, repetição pura e simples de um sentido pré-definido do conhecimento, mas uma livre reinterpretação do signo emitido.

O professor hospitaleiro não tem prescrições, nem as melhores rotas a serem seguidas, aprendidas, reproduzidas para que o aluno, peregrino, chegue ao destino pretendido. O professor ao sentir-se afetado pelo que trata/ensina, exala intensidade no que comunica aos alunos.

O ensino, nessa perspectiva, não é fortuito apesar da impossibilidade de previsão, controle e/ou mensuração do que pode acontecer ou mover esse encontro.

Referindo-se a sua experiência como professor em Vincennes, na França, Deleuze recusava a noção de “progressividade dos conhecimentos”. Ele reconhecia que em seus cursos, sendo suas aulas longas, os alunos de nível de ensino e de formações distintas “[...] ninguém escutava tudo, mas cada um pegava aquilo que podia aproveitar para alguma coisa, mesmo longe da sua disciplina” (SCHÖPKE, 2004, p. 178).

Para o professor e o aluno que se envolvem na busca e criação de caminhos que levam a um conhecimento possível, nada está pronto. O professor acompanha, penetra nos atalhos e sendas, considera os traçados feitos pelo aluno na caminhada do conhecimento. As buscas e decisões desse aluno, no entanto, não dispensam o professor.

A concepção de sujeito inacabado, descentrado e singular, capaz de aprender a seu tempo e modo peculiares é fundamental no entendimento de uma escola onde todos podem aprender a partir de suas capacidades, sem exclusões, comparações e hierarquização de níveis de conhecimento.

O ensinar, na perspectiva da diferença em si mesma (DELEUZE, 2010), e tal qual o entendemos em uma escola inclusiva, busca disponibilizar um acervo de conhecimentos, sejam estes, culturais, científicos, tecnológicos, artísticos, filosóficos ou quaisquer outros, com vistas a propiciar a socialização, a expansão e, fundamentalmente, a recriação desse acervo, de modo livre e autêntico, tanto pelo estudante, como pelo professor.

Na maior parte das vezes, contudo, nos deparamos com um professor explicador, cujo ensino desconsidera a bagagem do aluno e tira deste a oportunidade de aprender, traçando suas próprias estradas do conhecimento.

Ao contrário do que se pensa, o professor explicador, não é um facilitador da aprendizagem. A facilitação, é uma forma sutil de infundir o autoritarismo nas aulas e viola a emancipação intelectual do aluno.

Além do mais, a escola tem sido um local onde não se produz o saber. Reeditamos o saber de outrem e o propalamos em citações, como verdades que nos amparam no ensinar, na solução de problemas ou para atingir objetivos precisos. Em qualquer nível de ensino, a escola se envolve muito com a necessidade de explicar, de transmitir um saber sistematizado, restrito a referências, autores/autoridades, fragmentado em disciplinas...E incontestável.

Quando o ensinar se reduz a informar, o saber fica simplificado, limitado, determinado, universalizado. E transmitir o que sabemos não se reduz a uma simples questão de comunicação e nem constitui uma narrativa objetiva, dado que a racionalidade que a sustém jamais será neutra.

A palavra institui o pensamento, codifica a nossa percepção de mundo, da natureza. O ensino, vindo da palavra de outrem (do professor, do professor do professor) coisifica a

realidade, expressa o significado, define, conceitua. Mas... A partir do outro. Resta saber se esse ensino por pura transmissão – oral, livresca, traz a realidade tal qual ela é ou a reduz a uma manifestação aparente dela.

Cabe então perguntar: que peso tem a palavra do professor sobre o aluno? Como ambos se comportam nessa situação de verticalização do ensino?

O ensino hospitaleiro outorga lugares ao aluno e ao professor, nos quais ambos se sentem pesquisadores e recriadores de conhecimentos, de respostas e soluções, que os empoderam. A relação entre ambos, então, se horizontaliza e é nessa posição que conseguem ir além do que já sabem.

Na hospedagem incondicional, o aluno é recebido pelo professor, com toda a sua bagagem. Ela faz parte do hóspede que chega.

#### 4.2 O que precisamos (des)aprender para ensinar na escola hospitaleira?

Sabemos que tudo o que é pode ser uma outra coisa. E que para ser essa outra coisa precisamos nos sentir cativados, atraídos, seduzidos, capturados por ela.

No geral, os professores buscam métodos consagrados para ensinar e desconhecem que os alunos têm os seus próprios, para aprender. Ocorre que aprendemos segundo nossos próprios métodos e isso é inegável, embora poucas vezes nos damos conta disso.

O professor afetado pelo que trata/ensina, ao se comunicar com os alunos, embora se prepare, estude o assunto, sempre terá o que aprender. “É como um laboratório de pesquisas: dá-se um curso sobre aquilo que se busca e não sobre o que se sabe” (DELEUZE, 2010, p. 177).

Ressignificar o ato de ensinar, abre portas para que o aluno reconheça a importância de sua busca e de suas competências pessoais para criar e emitir signos. Referimo-nos ao ensinar, de modo que o aluno se perceba como alguém que também cria, recria, descobre, ou seja, como alguém que também ensina!

Assim é o ensino na hospitalidade: um ensino no qual se produz a trama necessária entre os envolvidos no ato de conhecer; onde aluno e professor se misturam e se tornam partes interessadas de uma mesma busca.

O ensino hospitaleiro implica uma relação entre professor e aluno que se baseia na confiança, no respeito mútuo. O fato de se conceber o professor como alguém que sempre entende (ou deve entender) mais e melhor de um certo tema, se alastra dentro e fora da escola. O autoritarismo, infelizmente, é uma forma de agir pela qual o professor impõe o seu poder de controle sobre o aluno, seja do lado conceitual, como em relação à disciplina corporal, moral e outras.

Aquele que chega, o hóspede, tem de se sentir diante de quem o hospeda como um ser livre e privilegiado pelo acolhimento.

A explicação estrita, incontestemente subsiste nas escolas, porque ainda há muitos de nós que consideram o aluno um ser incapaz da compreensão desejada e definida pela escola, impressa no currículo, nos livros adotados. Daí a grande dificuldade que os professores têm de receber alunos que já vêm identificados pela dificuldade de aprender.

Aquele que bem hospeda faz o hóspede sentir-se em casa, bem abrigado. Ao se sentir em casa, com liberdade de se manifestar, o hóspede acessa aos bens do local. Da mesma forma, o aluno, como hóspede, se beneficia da relação solidária de um professor verdadeiramente hospitaleiro e vê diante de si possibilidades de convívio, de trocas, de encontros em que os signos se interpenetram e se esclarecem mutuamente.

## 5 Sobre a aprendizagem na escola hospitaleira

Abordaremos neste tópico a aprendizagem na ótica da igualdade das inteligências (RANCIÈRE, 2002) e o aprender como experimentação e a liberdade de criação como condição para a construção do conhecimento.

Mais uma vez, o que ora propomos é polêmico, mas, na ótica da hospitalidade incondicional, como não ser provocador?

O diálogo entre o professor e o aluno não acontece se a inteligência de um se sobrepõe à do outro. Há que se ver no hóspede um outro que chega para nos enriquecer com suas novidades, com suas formas diferentes de ser, de compreender e jamais como um ser inferior, que pede asilo, se refugia, se submete e perde toda a emancipação, vive de favor, como tantas crianças e jovens em salas de aulas.

A emancipação intelectual, conforme Rancière (2002), vem da clareza que se tem da inteligência como capacidade orgânica de resolver problemas, de atuar, obedecendo a si mesma. Para esse autor, a igualdade das inteligências não é aferida por níveis, graus, comparações, modelos, tipos. A desigualdade das inteligências, pelo contrário, nos mantém na mesma condição em que estamos, diante dos níveis de desenvolvimento dos alunos e das escolas tradicionalmente organizadas. Considerar a igualdade das inteligências como ponto de partida tanto para o ensinar como para o aprender permite-nos propor uma grande reviravolta no ensino, na educação.

Somos todos seres pensantes e nos tornamos ilimitadamente diferentes, no curso de nossa existência. Para Deleuze (2009) “ser é devir”, pensar é próprio do funcionamento intelectual e, nesse funcionamento, a igualdade das inteligências se manifesta. A desigualdade das inteligências é imposta e criada para manter a força do poder de uns sobre outros.

Com base na igualdade das inteligências, reconhecemos que a aprendizagem cabe exclusivamente a quem aprende, muito embora nem ele mesmo saiba quando e como aprendeu.

O aprender, nessa perspectiva, não se dá na linearidade dos anos e das séries escolares, ou melhor, na forma objetiva e prática sugerida pela organização curricular. Não há condições e/ou sentido no prever, controlar, conduzir e, portanto, no mensurar qualquer aprendizagem, quando ela é reconhecida como ato pessoal, que se multiplica e se diferencia, conforme se efetiva.

Uma escola hospitaleira reconhece no aluno o ser que devém e que se constitui na diferença (DELEUZE, 2009) e que nada está previsto e definido na sua aprendizagem.

Esclarecendo mais, a intenção de ensinar não garante e nem deve conter a garantia e a condição do aprender do outro. O professor, é claro, investe, quer ensinar, mas o aluno pode não aprender nada. Vêm daí as frustrações, a angústia do professor e o seu insuportável sentimento de incapacidade e a busca de uma saída para explicar seu insucesso. E nessa busca, o professor muitas vezes responsabiliza o aluno, atribuindo-lhe deficiências, incapacidades, dificuldades de aprender. Para Deleuze (2009, p. 237):

Nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender – que amores tornam alguém bom em latim; por meio de que encontros se é filósofo, em que dicionários se aprende a pensar. Os limites das faculdades se encaixam uns nos outros sob a forma partida daquilo que traz e transmite a diferença. Não há método para encontrar tesouros nem para aprender., mas um violento adestramento [...].

Como mensurar, avaliar o processo escolar de um aluno, na ótica de uma escola hospitaleira?

Nada mais indicado, na linha de mudanças propostas pela hospitalidade incondicional ao aluno do que livrá-los da condenação de serem avaliados, como usualmente se procede. O

processo de avaliação tradicionalmente utilizado é injusto e inapropriado ao que significam o ensinar e o aprender na ótica da hospitalidade aqui defendida, dado que incide inteiramente sobre *o que* o aluno aprendeu, dentro uma média esperada e definida de conteúdos.

Os nomes atribuídos à avaliação podem variar para ocultar o seu sentido intrínseco, mas na base de toda avaliação está sempre a necessidade de medir para: agrupar, selecionar, subordinar, apurar, escolher alguns e excluir. A avaliação de conhecimentos se confunde com a avaliação do aluno como um todo. Quem teria o poder de avaliar o que foi aprendido, a não ser o próprio sujeito da aprendizagem? Avaliar, reconhecer o certo ou o errado só tem sentido quando o requerido é um conhecimento fechado, pré-definido, exato e determinado por outrem.

Extrapolamos e nos empoderamos quando nos intrometemos no exame, na avaliação do aprender de nossos alunos. Mas é raro nos propormos a avaliar como ensinamos.

O professor hospitaleiro avalia a sua hospitalidade pelo reconhecimento do aluno ao atendimento que ele recebe do professor nas aulas - os altos e baixos, o que ainda não o satisfaz, as perguntas respondidas, a curiosidade saciada nas aulas... Os seus índices são favoráveis, quanto maior for a sua acolhida ao que o aluno espera e necessita. O processo avaliativo, portanto, tem duas direções e deve ser compartilhado, a tal ponto que poderá mudar o modo de hospedar, beneficiando a todos: professor, aluno, o aprimoramento do ensino e da aprendizagem nas escolas.

O professor hospitaleiro não espera fazer do aluno um ser programado. Ele quer que cada um seja o que é: díspar, imprevisível, em todos os sentidos e que não corresponda jamais a nenhum nível ou grau de desempenho geral. O aluno é um peregrino e faz parte do seu caminho a escolha de rumos que lhe parecerem mais convenientes e adequados para percorrê-lo e chegar a seu destino.

A hospitalidade, na educação, nos faz reconceituar o papel do aluno, do professor, nas formas inusitadas do ensinar e do aprender em que se engendram, numa mesma aula, provocados que somos, pelas perturbações que conseguimos distinguir no confronto das nossas diferenças. Alunos e professores estão juntos na mesma sala, mas cada um a habita a seu modo, convive com o conhecimento a seu tempo, interesse, formas de abordá-lo.

A passagem de uma escola que celebra a competência e as possibilidades de aprender de alguns alunos para aquela que reconhece as capacidades de todos, com suas variações imprevisíveis, incontáveis, díspares, não se dá em um salto de uma margem a outra. Essas mudanças vão acontecendo entre essas duas margens.

## 6 Conclusões

A escola tem permanecido na maior parte das vezes insensível e inerte diante dos obstáculos impostos por suas rotinas, pelo ensinar verticalizado, o aprender embrutecido, os currículos prescritivos, as avaliações internas e externas, o pessimismo e cansaço dos professores, o desinteresse dos governos por uma educação para todos.

Nada, contudo, é tão difícil e resistente que a nossa vontade não possa reverter.

A escola hospitaleira propõe uma reviravolta, um ataque a essa escola para que se adeque ao que estamos propondo como meio para enfrentar o controle e valores conservadores da hospitalidade condicional da escola para alguns.

O poder institucional tem intenções e meios para subordinar a educação a interesses que lhe são próprios. Por outro lado, o poder não é onipotente. E quando nos recusamos a seguir modelos impostos, resistindo a toda forma de esse poder nos sujeitar a seus projetos dominadores, conseguimos ocupar novos espaços, criar outros.

Os rumos próprios dessas escolas e professores torna-se desnorteante, porque eles fogem das rotas estabelecidas e ignoram o poder hierárquico, com suas leis, convenções, juízos explícitos.

Os caminhos traçados pelo caráter nômade dos projetos inclusivos têm roteiros que escapam ao que são movimentos pré-definidos, esperados. Elas avançam por fendas, brechas, em deslocamentos incertos, mas oportunos; abrem trilhas, fazem desvios imprevisíveis, combatendo as identidades e categorizações.

O professor hospitaleiro se empenha para oferecer a cada aluno o mesmo que é esperado pelo estrangeiro, ao avistar o lugar que o acolherá e o saciará, na caminhada. Esse empenho implica entrega a um modo de vida profissional e pessoal que exige muito.

Ninguém pode se considerar um esperto nas artes do ensinar hospitaleiro. Para cada hóspede um atendimento! Essa é a condição primeira para se viver a escola em encontros amistosos, abertos, instigantes com nossos alunos, com nossos companheiros de trabalho.

Há muito a aprender ainda se não nos abandonarmos à inércia das rotinas, cedendo à máquina do instituído e ao seu poder destruidor.

Vamos em frente!

## Referências

BRASIL. **Decreto No. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Tratado de Nomadologia: a Máquina de Guerra. *In*: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs — capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. São Paulo, Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2a. edição, 2010.

DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade/ Jacques Derrida** [Entrevistado]. São Paulo: Escuta, 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso: 29 Jun. 2022.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

SCHÖPKE, R. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.